

Educação Ambiental Crítica na modernidade/colonialidade: reflexões a partir de Enrique Dussel

Critical Environmental Education in modernity/coloniality: reflections from Enrique Dussel

Educación ambiental crítica en la modernidad/colonialidad: reflexiones de Enrique Dussel

César Augusto Costa¹
Carlos Frederico Loureiro²

Resumo

O foco desta reflexão é abordar a contribuição da Educação Ambiental Crítica frente à dinâmica da modernidade/colonialidade capitalista a partir das contribuições teórico-políticas de Enrique Dussel. O texto, apoiado na pesquisa bibliográfica, está dividido em quatro momentos integrantes: no primeiro momento, contextualizamos alguns elementos da relação totalidade, natureza e trabalho na sociedade no capitalismo à luz das contribuições de Dussel; no segundo, pontuamos os elementos da colonialidade/modernidade/ eurocentrada, e o debate da natureza, conforme discutida no projeto modernidade/colonialidade; no terceiro momento, indicamos algumas notas sobre o Sistema-mundo moderno-colonial no contexto da Educação Ambiental Crítica. Ao fim, tratamos das contribuições dusselianas para a EA crítica no contexto da modernidade/colonialidade capitalista na América Latina.

Palavras-chave: América Latina. Educação Ambiental crítica. Modernidade/colonialidade. Natureza.

Abstract

The focus of this reflection is to address the contribution of Critical Environmental Education to the dynamics of capitalist modernity/coloniality, based on the theoretical and political contributions of Enrique Dussel. We will divide the text, which is based on bibliographical research, into four integral parts: in the first part, we will contextualize some elements of the relationship between totality, nature and work in capitalist society in the light of Dussel's contributions; in the second part, we will point out the elements of coloniality/modernity/Eurocentricity and the debate on nature discussed in the modernity/coloniality project; in the third part, we will indicate some notes on the modern-colonial world-system in the context of Critical Environmental Education. Finally, we will discuss Dussellian contributions to critical environmental education in the context of capitalist modernity/coloniality in Latin America.

Keywords: Latin America. Critical environmental education. Modernity/coloniality. Nature.

Resumen

El foco de esta reflexión es abordar la contribución de la Educación Ambiental Crítica a la dinámica de la modernidad/colonialidad capitalista, a partir de los aportes teóricos y políticos de Enrique Dussel. El texto, sustentado en investigaciones bibliográficas, se divide en cuatro momentos integrales: en la primera parte, contextualizamos algunos elementos de la relación entre totalidad, naturaleza y trabajo en la sociedad capitalista a la luz de las contribuciones de Dussel; en la segunda parte, señalamos los elementos de colonialidad/modernidad/ eurocentricidad, y el debate sobre la naturaleza, discutido en el proyecto

¹ Sociólogo. Bolsista de Produtividade do CNPq (nível 2). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Coordenador do Núcleo de Estudos Latino-Americano (NEL). Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). E-mail: csc193@hotmail.com

² Doutor em Serviço Social (UFRJ). Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRJ). Coordenador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). E-mail: frederico89@gmail.com

modernidad/colonialidad; en la tercera parte, indicamos algunas notas sobre el sistema-mundo moderno-colonial en el contexto de la Educación Ambiental Crítica. Finalmente, discutimos las contribuciones dussellianas a la educación ambiental crítica en el contexto de la modernidad/colonialidad capitalista en América Latina.

Palabras clave: América Latina. Educación ambiental crítica. Modernidad/colonialidad. Naturaleza.

1. Questões introdutórias

O objetivo deste trabalho é debater a contribuição da Educação Ambiental (EA) Crítica frente à dinâmica da modernidade/colonialidade a partir das contribuições teórico-políticas de Enrique Dussel. Entendemos que essa aproximação é relevante em termos metodológicos, mas, também, na medida em que, alicerçada na filosofia política do pensador de Mendoza, subsidia categorias sociais, culturais, econômicas e políticas capazes de dinamizar a atuação crítica da EA no marco da modernidade/colonialidade capitalista. Pois, como postulava o Geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves, *todo e qualquer pensamento sobre os subalternos interessa*.

A educação pode ser entendida, em termos ontológicos, como os processos de sociabilidade, produção e reprodução de valores sociais, habilidades, comportamentos, hábitos e costumes que nos constituem como pessoa. Contudo, tal processo se dá em uma determinada materialidade histórica. Ao ser constituída pelas contradições da sociedade, a educação exige posicionamento de quem dela participa, e para isso, é necessário conhecer as determinações sociais que dão sua direção e o que se quer buscar em termos de formação humana.

O movimento do capital exige a transformação em mercadoria de todos os bens comuns naturais e da força de trabalho, o que conduz a um uso intensivo e expansivo da natureza para a produção material sob relações de exploração humana, com efeitos negativos que se avolumaram no último século e que são rapidamente identificáveis: mudanças climáticas, perda da biodiversidade, extinção em larga escala, destruição de solos e corpos de água, que ocorrem simultaneamente ao aumento da fome, da miséria e da barbárie nas relações sociais. Vivemos em um reino da abundância cujo conteúdo é pobreza e desperdício, fome, violência e criação de supérfluos.

Hinkelammert (2007) aponta que a relação do capital com a natureza se baseia no princípio da tortura, ou seja, o capital busca a eficiência que se materializa com a maior taxa de lucro possível ignorando todas as consequências do processo de produção. Para Hinkelammert (2003, p. 20):

Podemos efetuar a crítica ao sistema vigente a partir do imaginário do mundo no qual todos caibam. Isto dá a dimensão da crítica e mostra uma orientação. Trata-se do mundo para o qual é preciso caminhar. É o mundo que o sistema dominante torna impossível. É o mundo que este sistema chamado globalização exclui. Mas é o mundo para o qual devemos caminhar para podermos continuar vivendo. Por isso, o mundo no qual caiba todos os seres humanos – e a natureza igualmente – é uma exigência.

É através dessa crítica que Dussel (2013) também compreende existirem muitos limites para o desenvolvimento do capital. Eles são absolutos ou intransponíveis em sua lógica de acumulação. Referem-se à existência limitada de recursos ou meios de produção não renováveis no planeta Terra. Se os bens tivessem que ser produzidos para necessidades adequadas atuais, o equilíbrio entre a oferta (de mercadorias) e a demanda (de produtos convertidos) seria muito maior. Isto quer dizer que, o equilíbrio entre a oferta

(de mercadorias) e a demanda (necessidades convertidas em preferências solucionáveis) seria em preferências solucionáveis e manteria um certo nível de satisfação, e mesmo que ocorressem crises, elas seriam administráveis. Por outro lado, entendemos que:

No capitalismo, ao contrário, as crises se tornam cada vez mais abismais, porque ele produz porque produz, antes de tudo, não para satisfazer necessidades, mas para acumular lucro, e subordina todo o sistema ao sistema para obter ganhos financeiros de um capital que se torna cada vez mais fictício (Dussel, 2013, p. 268).

Entender como isso se deu na América Latina (AL) e quais seriam as especificidades da educação ambiental (EA) nesse contexto é o que buscamos tratar neste ensaio teórico. Para tanto, dividimos este trabalho em quatro momentos constitutivos: no primeiro momento, contextualizamos alguns elementos da relação totalidade, natureza e trabalho na sociedade no capitalismo à luz das contribuições de Dussel; no segundo, pontuamos os elementos da colonialidade/modernidade/ eurocentrada e o debate da natureza discutida no projeto modernidade/colonialidade; no terceiro momento, indicamos algumas notas sobre o contexto do Sistema-mundo moderno-colonial para a educação ambiental crítica. Ao fim, tratamos das contribuições dusselianas para a EA crítica no contexto da modernidade/colonialidade capitalista na América Latina.

2. Breves considerações sobre Totalidade, natureza, trabalho na sociedade capitalista

Neste primeiro momento, há a relevância de contextualizarmos as relações entre totalidade, natureza e trabalho na dinâmica do capitalismo. Foi a partir de Karl Marx (1818-1883) que o método crítico assumiu significativa transformação. Em primeiro lugar, deve-se notar que, em seu desdobramento formal, o seu método se inspira na dialética de Hegel, porém, introduzindo elementos novos.

Nesse horizonte, ganha relevância o exame da relação sociedade-natureza mediada pelo trabalho e sua ontologia para o entendimento da questão ambiental na totalidade da sociedade capitalista à luz do pensador argentino. Sinalizamos que Marx define a natureza como sendo prioritária sobre a sociedade, uma unidade auto-organizada de diferentes níveis em uma totalidade complexa. Para a tradição marxista, é invariável na história o fato de que a reprodução e produção da sociedade dependem da natureza (Loureiro *et al.*, 2009). Segundo o pensador de Mendoza (Dussel, 1986, p. 156):

Marx privilegia a economicidade (a relação homem-natureza pelo trabalho). O pensador alemão tem a vantagem de ter descoberto que é, efetivamente, a economicidade a que fornece ao dominador os instrumentos mais eficazes: as armas (ferro feito espada), os alimentos (vegetais transformados em frutos pela agricultura), a casa (a pedra feita parede e teto), a veste (a lã feita tecido), o dinheiro (valor abstrato de troca) etc... O condicionamento, a premissa ou o pressuposto econômico do pensar filosófico é agora um fato que a filosofia já não poderá mais esquivar. A Filosofia pode então, ser uma ideologia encobridora da injustiça, ou, pelo contrário, uma crítica ao sistema pelo descobrimento explícito e explicado de suas articulações ou condicionamentos.

Em segundo lugar: qual é a totalidade que se trata de desvelar? Para Marx, a sociedade burguesa é a mais complexa e desenvolvida organização histórica da produção. As categorias que expressam suas condições e a compreensão de sua organização

permitem, ao mesmo tempo, entender suas determinações históricas e das formas de sociedades anteriores, cujas ruínas e elementos a edificam e cujos vestígios, não superados, a constituem em seu movimento de expansão. É aqui que começa a versar a limitação do método dialético hegeliano, muito embora com tema e sentido invertidos. Para Dussel:

A totalidade da sociedade burguesa ou capitalista, objeto da obra culminante, O capital, é então cientificamente (de-dutiva ou apo-diticamente) exposta em cada um de seus momentos constitutivos, até fechar um ciclo onde tudo tenha sido articuladamente compreendido. O movimento das categorias interpretativas reproduz representativamente o movimento real da totalidade burguesa. A realidade que se buscava interpretar, anterior ao conhecer e ponto de partida das categorias é, então e privilegiadamente, a sociedade burguesa. Essa realidade não é um todo isolado, aparecido por geração espontânea, ou eterno. Pelo contrário, é "o produto de condições históricas", é uma realidade como "processo histórico real" (Dussel, 1986, p. 159).

O Filósofo de Mendoza, no limiar de Marx, assinala que a *totalidade* é uma categoria de categorias, um conceito de conceitos. Pode se realizar tanto no nível concreto do sistema capitalista real quanto ser a totalidade como "*concreto espiritual*" - ou a totalidade burguesa (Dussel, 2012). Para ele,

O próprio capital é uma totalidade - tanto em abstrato ou "em geral" quanto em concreto como a totalidade do sistema burguês histórico. O capital como totalidade é também; um conceito ou uma categoria com múltiplas determinações. O Capital como totalidade e, como fundamento, a essência do capitalismo, ou seja, a essência última onde se encontra a identidade conceitual do próprio capitalismo. Vejamos isto por partes, já que se trata do momento ontológico por excelência. E a partir daqui que se poderá entender por que o capital é o "pressuposto necessário do trabalho assalariado - embora o trabalho, por outra parte, seja igualmente o "pressuposto" do próprio capital: um fundamento fundado que funda (Dussel, 2012, p. 327).

Por sua vez, nessa totalidade Dussel postula que a história a ser refletida não é a da relação homem-divindade (como história da mitologia: nível simbólico da cultura), e sim relação homem-natureza (como história das forças e da divisão produtiva do trabalho: nível econômico da cultura). Dessa forma, a genialidade de Marx consistiu em saber tratar de modo crítico-científico o âmbito da economia em seu nível político (da sociedade civil ou burguesa).

O horizonte ontológico indeterminado ou entificado é o trabalho como categoria simples, porém, como último horizonte da realidade cultural ou econômica. Na visão de Dussel (1986), constitui a mesma objetividade espectral, um simples coágulo do trabalho humano indiferenciado, isto é, um coágulo do emprego de força humana de trabalho, sem considerar em nada a forma (concreta) em que essa força é empregada. Essas coisas apenas indicam que em sua produção houve inversão de força humana de trabalho, acumulou-se trabalho humano. Pois bem, esses objetos, considerados como cristalização da substância social comum, a todos eles, são valores, valores-mercadoria. Tais elementos, indicam que:

No capitalismo, são produzidos bens com valor de uso, mas o valor de uso, o objetivo fundamental dessa produção não é a satisfação das necessidades humanas. O objetivo final é a venda de mercadorias com lucro. Embora as mercadorias sempre tenham algum valor de uso, elas são produzidas para obter valor de troca. É evidente que, se fossem inúteis, ninguém as compraria (Dussel, 2013, p. 269).

O pensador de Mendoza afirma que o valor de uso é produzido, apenas, na medida em que é o portador material e secundário do valor de troca. O valor de uso é o portador material e secundário do valor de troca (aspecto formal). A intercambialidade da mercadoria por dinheiro e, em última instância, pelo aumento da taxa de lucro, é o que faz com que o valor de troca seja o mais importante (Dussel, 2013).

O trabalho, como horizonte ontológico de compreensão do econômico, não é somente uma categoria (teórica), mas também realidade ou meio para gerar riqueza em geral. O fundamento da realidade existencial: é o ser. Ser é trabalhar. Logo, podemos compreender que:

[...] a partir do momento abstrato e indeterminado do fundamento (o trabalho enquanto tal), se chega a formular ou explicar uma totalidade orgânica de partes internas, encadeadas, e o implicando-se mutuamente, pode-se dizer que se possui uma "totalidade concreta". O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso (Einheit des Mannigfaltigen)". A totalidade concreta real que é o objeto que deve ser corretamente interpretado por categorias adequadas é a "unidade" orgânica de diversos momentos que apareciam caoticamente na antiga economia: desta maneira, e "concreto espiritual" (a conceituação por categorias e sua expressão teórica) reproduziria a realidade do "concreto histórico mesmo": "Somente então, o caminho do pensamento abstrato, que passa do simples (fundamento) ao complexo (totalidade fundada), poderia corresponder ao processo histórico real (Dussel, 1986, p. 158).

Na visão de Dussel (1986, p. 159):

A totalidade ontológica enquanto tal, o ser como laboriosidade (o trabalho enquanto tal), é o horizonte fundamental e último, onde o trabalho indeterminado não é ainda posse do trabalho do outro (proprietário de roubos) ou despojamento do trabalho próprio do trabalhador, injustamente roubado). A indeterminação ontológica do trabalho enquanto tal é ponto de partida da história do trabalho e ponto de chegada como superação dos opostos e por isso da injustiça. A laboriosidade enquanto tal é o ponto utópico de encontro no qual o homem-natureza e também da cultura sem mediações: é o tema ontológico de todos os tempos.

Pode-se afirmar que o horizonte de compreensão (nível de laboriosidade como tal; o ser no sentido marxista, ou ser cultural ou econômico enquanto tal). O ser é a laboriosidade abstrata, cristalização desse trabalho abstrato enquanto determinado, diferenciado: o valor cultural ou econômico. Isso indica que, segundo o pensador mendocino, o trabalho real, concreto, o do padeiro, é um trabalho "determinado" - determinado pela "determinação" da técnica e da arte de fazer o fabricar pães. Se abstraímos do trabalho do padeiro o que seja uma "determinada" arte ou técnica (a técnica de "fazer pães"), obtém-se um trabalho indeterminado, indiferenciado, um trabalho abstrato: um trabalho "e geral". Sendo assim, para Dussel (2012, p. 58):

Este trabalho em geral (determinação essencial abstrata) não é soma de todos os trabalhos reais ("totalidade concreta de trabalhos"), mas a "essência" do trabalho enquanto tal: a "laboriosidade" essencial abstrata que compreende todas as determinações ou notas de tudo aquilo que denomina em concreto e realmente "trabalho". O "conceito" de trabalho é o fruto de uma análise de suas determinações essenciais (tal como Marx indicou no caso da "produção"). Só após obter um "conceito" do trabalho podemos constituir-lo como "categoria" econômica.

Na compreensão de Dussel (2012), há o conceito de trabalho vivo, que é o próprio trabalhador como outro do capital, do capitalismo; a classe trabalhadora como outra da classe capitalista; a nação periférica (África, Ásia, América Latina) como outra da nação capitalista (Inglaterra, França). A "exterioridade" é "alteridade": ser outro enquanto distinto da totalidade estabelecida, dominadora, existente a partir de si e por si: o capital. Ou seja, o trabalho vivo é dimensionado por Marx ao trabalhador como o "outro do capital", cuja objetividade coincide com a sua imediata corporalidade, carnalidade, com sua pele. A pele que a prostituta vende para comer, a pele que é objeto do sadismo do torturador na repressão política, a pele do trabalhador ferida e mutilada pelo futuro trabalho excedente. Essa pele de outro é ainda exterior ao capital, como o "absolutamente contraditório" (Dussel, 2012).

À luz do pensador de Mendoza, o método dialético é em seu nível econômico-político, tal como Marx o utiliza, então, da laboriosidade ontológica como marco utópico de totalidade primeira para a laboriosidade concreta (em relação à primeira) ou abstrata (em relação aos modos diferenciados internos do sistema ou à totalidade burguesa ou capitalista) (Dussel, 1986).

Dussel (1986) entende que a originária diferenciação ou *divisão do trabalho* na totalidade concreta capitalista é prolongamento histórico da divisão do trabalho entre o campo e a cidade, que, por outras divisões mediadas do trabalho, concretiza-se por último na divisão entre o possuidor do capital e o trabalhador industrial. Esse elemento aponta, para o pensador argentino, que:

Todo trabalhador deve enfrentar, um dia, como "outro", como pessoa, como exterior, o capitalista em pessoa. Em abstrato, rosto a rosto, pessoa a pessoa, frente a frente; em concreto, classe frente a classe e, noutro nível, nação frente a nação. Experiência radical, instantânea, na qual, ainda, cada um é outro para o outro. O trabalhador livre que se põe à venda no mercado de trabalho ainda não se objetivou, é pura subjetividade corporal não violada, digna, exterioridade, alteridade. É ainda o tempo em que o trabalho põe a sua própria realidade como ser para si, e [ainda não) como mero ser para outro" (modificando uma citação do parágrafo 11.2). Frente ao ser do capital, o trabalhador que o enfrenta, frente a frente, é o não ser (Dussel, 2012, p. 324).

De maneira ampla, podemos considerar a partir de Loureiro (2019) que, para o pensamento crítico, o fruto do trabalho humano em nossa sociabilidade, a riqueza material e imaterial produzida ao longo da história, é apropriada por quem detém a propriedade dos meios de produção. Sendo assim, tudo nos leva, também, a refletir que a atividade humana (o trabalho) é diversa, uma vez que toda práxis é social e, portanto, racializada, generificada, sexualizada etc. Ao mesmo tempo, entendemos que tal atividade é o momento unificador, criador da generalidade humana à medida em que todo corpo que trabalha, diversamente constituído, participa na reprodução de uma realidade compartilhada, e é uma expressão do social (Ferguson, 2017).

Por tudo que foi indicado, assinalamos que o trabalho, enquanto metabolismo *sociedade-natureza* e produção material contido na práxis, é visto como momento fundante não porque é mais ou menos relevante, mas porque ontologicamente a exigência material para que aquilo que é social aconteça (Loureiro, 2019).

Vejam, na sequência, algumas considerações sobre o horizonte da colonialidade na dinâmica de dominação da natureza.

3. O Horizonte da colonialidade à descolonização da natureza como o “outro/a”

Cabe, neste momento, pontuar que um dos elementos fundadores da colonialidade/modernidade/ eurocentrada é o radical dualismo cartesiano, que separa *razão e natureza* (Quijano, 2014). Para Quijano (1997), a *natureza* pode ser apontada como um domínio da matriz colonial de poder. Durante os últimos anos, a questão da natureza tem sido discutida no projeto modernidade/colonialidade. Nesse caso, deveríamos considerar a natureza como parte do âmbito econômico capitalista na América Latina? Segundo o sociólogo peruano:

[...] una de las ideas/imágenes más características del eurocentrismo, en cualquiera de sus vertientes: la “explotación de la naturaleza” como algo que no requiere justificación alguna y que se expresa cabalmente en la ética productivista engendrada junto con la “revolución industrial”. No es en absoluto difícil percibir la inherente presencia de la idea de “raza” como parte de la “naturaleza”, como explicación y justificación de la explotación de las “razas inferiores (Quijano, 2014, p. 854-855).

Sob o mesmo viés, Dussel expõe a relação entre eurocentrismo sua racionalidade dominadora do capitalismo, assinalando que:

La tasa de ganancia tiene que dejar de ser el criterio de racionalidad, tenemos que pasar a criterios cualitativos, a criterios tales como si las personas viven mejor. Esa ‘no conciencia’ de ser el sujeto de dominación junto a grandes descubrimientos tecnológicos de la modernidad que también tocan su límite ecológico, están liquidando a la humanidad (Dussel, 2015, p. 1).

Quijano (2014), assinala que é sob o manto da mistificação metafísica das relações humanas com o resto do universo que os grupos dominantes do *homo sapiens* na colonialidade global do poder, especialmente desde a *Revolução industrial*, levaram a espécie a impor sua dominação exploradora, impondo um comportamento predatório no planeta. Para ele:

Y, sobre esa base, el capitalismo colonial/global practica una conducta cada vez más feroz y predatoria, que termina poniendo en riesgo no solamente la sobrevivencia de la especie entera en el planeta, sino la continuidad y la reproducción de las condiciones de vida, de toda vida, en la tierra (Quijano, 2014, p. 855).

A contemplação da Pachamama (*natureza*, no conceito ocidental) na atual Constituição da Bolívia e na Equatoriana não foi dimensionada devido aos movimentos ecológicos, à Teologia da Libertação ou ao anticapitalismo marxista, mas pelo fato de a mesma ser inerente ao pensamento das comunidades, dos líderes e dos intelectuais indígenas (Mignolo, 2017). A partir disso, essa luta se integra ao controle da Matriz colonial de Poder (Quijano, 1997), que se baseia no conceito de *natureza* ou, pelo contrário, da luta pela desvinculação da matriz por meio da descolonização do conceito à luz de Pachamama. Segundo Mignolo (2017, p. 6):

A questão, portanto, não é tanto onde “arquivamos” a natureza, mas quais são os problemas que surgem na analítica da colonialidade da natureza (ou seja, do seu controle e administração) e no pensamento e na ação descoloniais sobre questões ambientais. Há esforços coordenados para contemplar, no sentido de que pensadores descoloniais acadêmicos contribuimos, através das nossas experiências limitadas e áreas do conhecimento, para pensadores descoloniais no campo, ou seja, na sociedade política e no Estado, como os casos da Bolívia e, de certo modo, do Equador ilustram.

Para o filósofo argentino, o final do presente estágio civilizatório de quinhentos anos possui dois limites absolutos que são: 1) a destruição ecológica da natureza, pois desde a origem a modernidade constituiu a natureza como objeto explorável com vistas ao lucro, à acumulação de capital, e 2) a destruição da própria humanidade pelo caráter das relações de exploração (Dussel, 2000). Com isso, Dussel indica que:

Sendo a natureza, para a modernidade, só um meio de produção, corre o risco de ser consumida, destruída e, além disso, açulando geometricamente sobre a terra os dejetos, até por em perigo a reprodução ou desenvolvimento da própria vida. A vida é condição absoluta do capital; sua destruição destrói o capital. Chegamos a essa situação. O “sistema de 500 anos” (a modernidade ou o capitalismo) enfrente seu primeiro limite absoluto: a morte da vida em sua totalidade pelo uso indiscriminado de uma tecnologia antiecológica constituída progressivamente a partir do único critério da “gestão” quântica do sistema-mundo na modernidade: aumento da taxa de lucro. Mas o capital não pode autolimitar-se. Enquanto tal, torna-se perigo para a própria humanidade (Dussel, 2000, p. 66).

Para Dussel (2000), o segundo limite da modernidade é a destruição da própria humanidade. O autor entende que o *trabalho vivo* é a outra mediação essencial do capital, onde o sujeito humano pode criar novo valor (mais-valia, lucro). O capital vence todas as barreiras, põe mais tempo absoluto ao trabalho; quando não pode superar esse limite, aumenta a produtividade pela tecnologia; mas tal aumento diminui a proporção do trabalho humano; há, assim, humanidade sobrando (desprezada, desempregada e excluída), pois:

O desempregado não ganha salário, dinheiro; e o dinheiro é única mediação no mercado pela qual podem ser adquiridas mercadorias para satisfazer as necessidades. De todo modo, o trabalho não empregável pelo capital aumenta (aumenta a desocupação). Aumenta assim a proporção de sujeitos necessitados não solventes – tanto na periferia como no centro. É a pobreza, a pobreza como limite absoluto do capital. Hoje, constatamos como a miséria cresce em todo o planeta. Trata-se da lei da modernidade (Dussel, 2000, p. 66).

Sendo assim, a natureza que era um jardim, transformou-se pelo homem num extenso lixão. O homem, que habitava respeitosamente a “Terra Mãe”, a transforma, na modernidade europeia, em pura matéria de trabalho, ainda que os românticos lancem a *volta à natureza* da mesma maneira que os *hippies*. A natureza divina dos gregos, ou *Irmã terra*, de São Francisco de Assis é, agora, interpretada desde um âmbito de exploração. Para Dussel (1977, p. 137-38):

En efecto, la naturaleza como materia explotable, destruible sin limite, rentable, causa de aumento del capital, un momento más de la acción dominadora del señor (que obliga al esclavo a trabajar esa naturaleza), es una parte de las interpretaciones obvias del centro (de Europa primero, pero ahora igualmente de Estados Unidos). Este cambio de actitud hombre-naturaleza culmina en la revolución industrial y llega a alucinantes proyecciones en el

estado actual del capitalismo monopólico, sociedad de superconsumo y superproducción agresivo-destructiva de la ecología natural (claro que como mera mediación de la previa destrucción del hombre oprimido de la periferia). La naturaleza de diosa es ahora materia prima industrial: hierro, petróleo, café, trigo, carne, madera...

Os conglomerados industriais transformam o jardim em lixo, pondo seus dejetos das fábricas que matam peixes e os vegetais dos mares, empobrecendo a atmosfera com gases asfixiantes e destruindo os produtores naturais de oxigênio (Estados Unidos da América rouba a periferia porque consomem mais que produzem). O Clube de Roma já indicava que existem recursos não renováveis, que a contaminação aumentava, que a espécie humana se multiplicava, que os alimentos se reduzem e que nos aproximávamos de um vasto colapso ecológico. Ou seja:

La naturaleza podría exterminar a esta especie que se há tomado irracional por su sistema económico. La naturaleza, que pareciera permanecer pacientemente pasiva, responde con una lógica natural que no permite réplica: ¡El que me destruye se destruye! (Dussel, 1977, p. 138).

Eduardo Galeano, em sua célebre obra “As Veias Abertas da América Latina”, indica que:

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (Galeano, 2012, p. 7).

Neste horizonte, o filósofo argentino (Dussel, 1977) postula que o sistema tecnológico-econômico de formação social capitalista não parece sofrer mudança, uma vez que, lançado por seu próprio discurso de acumulação, e por isso, de produção-consumo e vice-versa, o imperialismo continua sua missão devastadora. Mas, até quando? Até que limite?

Hinkelammert, citado por Nadal e Silnik (2011) assevera que todos os impactos estão inter-relacionados: a falta de alimentos para as pessoas, a escassez de energia para as máquinas e a crise do meio ambiente. Essa engrenagem faz parte de uma grande crise, uma crise global que é tratada como se fosse uma crise climática, quando se trata, na verdade, de uma crise dos limites do crescimento, uma rebelião dos limites. Esse aspecto nunca foi respeitado, os próprios limites agora se rebelam. Isso mostra a necessidade de outra civilização, levantada pela própria questão da produção de alimentos e energia, pois a convivência está em crise, mas é, ao mesmo tempo, um aspecto da crise da rebelião dos limites do capitalismo.

Dussel (1980) e Mignolo (2017), sinalizam que a natureza é politicamente interpretada. Ou seja, é visualizada por uma *matriz colonial de poder* (Quijano, 1997) ou *sistema mundo moderno-colonial* (Dussel, 2000) desde o centro ou a periferia, desde as diversas classes sociais, desde os sistemas políticos, principalmente, como matéria de um modo de produção numa formação social determinada. Pelo que foi dito, assinalamos que:

A “natureza” – amplamente concebida – se transformou em “recursos naturais”, enquanto a “natureza” – como substantivo concreto que nomeia o mundo físico e não humano – se tornou no Novo Mundo a base para o cultivo de açúcar, tabaco, algodão etc. Em outras palavras, o conceito passou a se referir à fonte dos recursos naturais (o carvão, o óleo, o gás) que abasteciam as máquinas da Revolução Industrial. Ou seja, a “natureza” se tornou repositório para a materialidade objetivada, neutralizada e basicamente inerte que existia para a realização das metas econômicas dos “mestres” dos materiais. O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada (Mignolo, 2017, p. 7).

Compreendemos a continuidade dos processos de expropriação de recursos naturais por subjugação dos *sem direitos* ou *vítimas* (Dussel, 2000, 2015) do sistema-mundo moderno-colonial localizados em países da periferia do capitalismo e que, embora não sejam mais alvos do domínio social, político e econômico da Europa (Dussel, 1993), ainda funcionam como espaço de avanço das frentes de acumulação e reprodução ampliada do capital (Harvey, 2004; Porto-Gonçalves, 2004).

Sendo assim, existe uma colonialidade na apropriação da natureza, entendida tanto como resultado da construção no interior da modernidade de formas econômico-instrumentais de se pensar e explorar o ambiente, quanto como expressão de processos concretos de expropriação territorial que sustentam a lógica prevalecente da acumulação capitalista, e mantém em funcionamento o sistema-mundo colonial-moderno.

A colonialidade na apropriação da natureza se refere à existência de formas hegemônicas de extração dos recursos naturais, considerando-os como mercadorias, ao mesmo tempo em que representa o aniquilamento de modos subalternos de convívio com o meio ambiente, bem como a perpetuação e justificação de formas assimétricas de poder na apropriação dos territórios (Assis, 2014).

Seguindo a trilha de nossa reflexão, indicaremos o horizonte do sistema-mundo moderno-colonial no contexto da EA crítica latino-americana.

4. O Sistema-mundo moderno-colonial no contexto da Educação Ambiental Crítica

Qual a centralidade do sistema-mundo moderno-colonial no debate da educação ambiental crítica?

Ressaltamos, na esteira dessa indagação, que há amplas abordagens para citar algumas, que realizaram com propriedade, relevantes interlocuções no debate da questão e/ou educação ambiental crítica na América Latina, bem como na amplitude do debate descolonial latino-americano. Tais trabalhos alinham temáticas que partem da dimensão da territorialidade e do racismo ambiental (Moutinho da Costa, 2011), da interculturalidade e educação ambiental na cultura guarani (Dos Santos Baptista; Guimarães; Sánchez-Pereira, 2020).

Algumas, desenvolveram a relevância teórico-metodológico descolonial para a educação ambiental, a partir de Paulo Freire e Enrique Dussel e das implicações entre natureza e direitos humanos (Costa, 2015, 2021a, 2021b). Outras, partiram de perspectivas e articulações entre interculturalidade, movimentos sociais e ambientalismo, exclusão, natureza, neoextrativismo, relações pedagógicas entre Saviani, Dussel e Freire, até as aproximações do pensamento dusseliano e freiriano para o debate ambiental (Costa; Loureiro, 2013, 2015a, 2015b, 2015c, 2015d, 2016, 2017, 2018, 2019), das contribuições metodológicas da educação ambiental para os povos tradicionais (Loureiro, 2020), bem como da EA crítica em seu contexto na AL (Loureiro, 2019).

Essas problematizações teóricas, metodológicas e políticas dentro do campo da educação ambiental crítica sinalizam que a reflexão descolonial no exame da relação sociedade-natureza no marco do sistema-mundo moderno-colonial é condição essencial para outros adensamentos e perspectivas em seu fazer educativo. Ou seja, a vigência do debate latino-americano (com Dussel e outros autores/as) e de suas implicações para a educação ambiental crítica ganham alcances teóricos expressivos.

Pensadores clássicos, como o sociólogo peruano Anibal Quijano e o filósofo mendocino Enrique Dussel, denominam *sistema-mundo moderno-colonial*, o processo imposto desde 1492, a partir do *encobrimento* violento da América Latina.

Temos em vista que essa data culmina no processo de globalização. Assim, passamos a ter uma história mundial, cada vez mais se constituindo às historiografias regionais. Diversos pensadores latino-americanos apontam do começo do mundo moderno, embora a expressão assuma um sentido que, não necessariamente, tem vínculo com a ideia de um sistema-mundo que lhe está associada e seu processo de dominação violenta e colonial aos povos e culturas.

Daí é relevante recuperar esse sentido maior, porque ele nos traz debates importantes para o que vivenciamos na atualidade, de forma singular sobre a natureza do processo de globalização, sobretudo no contexto latino-americano. No entendimento de Porto-Gonçalves (2006, p. 22);

Afinal, reter somente o lado moderno da expressão mundo moderno é atribuir à Europa um papel protagônico exclusivo nesse processo, olvidando-se que o mundo como um todo dele participou, mesmo que não participando dos seus melhores proveitos. É que, com frequência, esquece-se que junto com o processo de modernização se deu o de colonização. Não fosse a colonização da América e a Europa não teria reunido forças para se impor ao mundo como seu verdadeiro centro hegemônico. Sabemos que, até o final do século XV, o centro dinâmico do comércio estava no Oriente, ocupando a Europa, rigorosamente, um papel marginal.

Nessa perspectiva, o *encobrimento da América* (Dussel, 1933) foi marco decisivo para a consolidação da hegemonia europeia no mundo, e isso ao preço da servidão, etnocídio, genocídio de povos indígenas e da escravização de negros trazidos da África para fins de produção mercantil, com a consequente liquidação de sociedades originárias e a exploração dos recursos naturais por todo lado (ecocídio).

É importante acrescentar que a escravidão praticada na África, antes mesmo do período moderno-colonial sob hegemonia ibérica, não se tratava de uma escravidão para fins de produção mercantil, como se estabeleceu moderno-colonialmente desde os Açores e Ilha da Madeira e, após, nas *plantations* na América Moderna-Colonial. Há um componente de distinção na escravidão com fins de produção mercantil em comparação com a escravidão patriarcal, na medida em que o que se visa com a produção com fim mercantil é algo abstrato, algo que não tem limites — o dinheiro. Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 25):

Vê-se, portanto, que o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente. Vê-se, também, que junto com o processo de globalização há, ao mesmo tempo, a dominação da natureza e a dominação de alguns homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos, e dos homens sobre as mulheres por todo o lado. Não faltaram argumentos de que essa dominação se dava por razões naturais, na medida em que certas raças seriam naturalmente inferiores. A modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade (base da escravidão moderna) e, assim, essa tríade

— modernidade-colonialidade-racialidade — continua atravessando, até hoje, as práticas sociais e de poder.

Dessa forma, ganha centralidade o entendimento que o eurocentrismo colonial a partir de 1492 (Dussel, 1993) não é apenas um projeto de sociedade, criado na Europa, que exigiu a negação do outro. É um complexo de relações sociais fundadas na produção de mercadorias, apropriação privada da vida, exploração do trabalho e na expropriação da vida, territórios, saberes e culturas, que exige a universalidade dessa única forma de sociabilidade (Loureiro, 2019). Ou seja,

[...] no capitalismo eurocêntrico materializado na América Latina, a subordinação de povos originários, negros e mulheres, a negação de outras culturas e a demonização de outras religiões eram e continuam sendo uma condição não somente para a acumulação do capital, mas para a normatização de uma sociabilidade que hoje se pretende natural e a única verdadeira de qualquer questionamento (Loureiro, 2019, p. 40).

Desse modo, nesta discussão, cabe frisarmos a relevância de pensadores críticos. Paulo Freire (1987), assim como Dussel (1993, 1977, 2000), situam-se entre os intelectuais latino-americanos no contexto do hemisfério sul do globo terrestre, que experimentaram uma relação colonialista do norte global sobre o sul, inclusive epistemologicamente (Dias; Oliveira, 2012).

Através da contribuição crítica de Freire, o compromisso com a educação popular nos aproxima das pedagogias críticas, do materialismo histórico-dialético, das teorias feministas, da ética da libertação, da filosofia da práxis (Moretti; Adams, 2017) e porque não, da questão ambiental crítica na América Latina (Costa, 2021b; Costa; Loureiro, 2015a, 2017). Fato é que a abordagem latino-americana se inseriu nas temáticas e, com isso, foi abrindo interlocução com novas abordagens epistêmicas numa visão crítica descolonial. Tais fatores, sinalizam que:

[...] comprometida com a denúncia do prolongamento do colonialismo internalizado no oprimido, com a invisibilidade de sujeitos e de formas de conhecimentos colocados na subalternidade, a crítica do processo civilizatório e à razão moderna ocidental consolidou um grupo de pesquisadores e de (poucas) pesquisadoras em torno de um programa chamado Colonialidade/Modernidade (Moretti; Adams, 2017, p. 197).

Logo, a principal referência tem sido a educação libertadora nesse processo, em perspectiva com o processo colonial, onde passamos a entender a educação e a pedagogia desde a perspectiva da colonialidade. Isso indica que os termos descolonial e descolonialidade não correspondem à concepção de simples *desfazer*, mas de reconhecer que incorporamos muitas heranças do processo histórico de dominação-libertação, do saber/conhecer e poder, ainda que se tenha resistido e criado alternativas que ocorram no espaço da produção da vida social.

A pesquisadora Catherine Walsh (2013), indica que o termo decolonial denota um caminho de luta continua no qual se pode identificar, visibilizar e alentar lugares de exterioridade e construções alternativas. Para Quijano (2014), descolonialidade pode ser entendido como uma contínua produção democrática, uma vez que está contra toda maneira de dominação-exploração na existência social.

É nesses termos que defendemos uma educação ambiental que contenha três dimensões, as quais atribuem um horizonte que visa dar objetividade aos elementos postulados (Loureiro, 2012, p. 88-89):

- Crítica — por situar historicamente e no contexto de cada formação socioeconómica as relações sociais na natureza e estabelecer como premissa a permanente possibilidade de negação e superação das verdades estabelecidas e das condições existentes, por meio da ação organizada dos grupos sociais e de conhecimentos produzidos na práxis;
- Emancipatória — ao almejar a autonomia e a liberdade dos agentes sociais pela intervenção transformadora das relações de dominação, opressão e expropriação material
- Transformadora — por visar a mais radical mudança societária, do padrão civilizatório, por meio do simultâneo movimento de transformação subjetiva e das condições objetivas.

Ainda nessa esteira, Loureiro (2012) indica que o foco da educação ambiental é a problematização da realidade, de valores, atitudes e comportamentos em práticas dialógicas. Ou seja, para conscientizar só cabe no sentido posto por Freire de *conscientização*: de processo de mútua aprendizagem pelo diálogo, reflexão e ação no mundo. Trata-se de um movimento coletivo de ampliação do conhecimento das relações que constituem a realidade, de leitura do mundo, conhecendo-o para transformá-lo e, ao transformá-lo, conhecê-lo se transformando.

Assim, a compreensão de *ambiente* assume uma categoria de luta política, posto que:

[...] a natureza é una em sua diversidade de manifestações, mas o ambiente é um resultado das relações sociais no contexto ecológico. Se a sociedade é desigual, o lugar ocupado no mundo é desigual. Subordinado a relações sociais alienadas, de ruptura sociedade-natureza, não há possibilidade real de o mundo ser um lar, sendo no máximo o lugar que habitamos e sobrevivemos ou simplesmente em que tentamos nos manter vivos (Loureiro, 2012, p.45).

Logo, na educação ambiental crítica toma-se por pressuposto a aceitação de que os sujeitos com os quais se faz o processo educativo são os que estão na base material das contradições sociais. Portanto, parece-nos importante ao processo educativo considerar, nas proposições pedagógicas e definição de conteúdos a serem trabalhados, as contradições e conflitos entre conquistadores/colonizadores e conquistados/colonizados, o entendimento histórico do colonialismo (Moretti; Adams, 2017), bem como das formas de dominação e exploração colonial da natureza.

Fechamos o caminho de nosso artigo, apontando as perspectivas da relação sociedade-natureza na modernidade/colonialidade capitalista em Dussel para a EA crítica latino-americana.

5 Considerações finais: sociedade-natureza e Modernidade/colonialidade capitalista - por uma EA crítica a partir de Enrique Dussel

Por tudo que foi exposto, cabe apontarmos alguns elementos elencados pelo filósofo de Mendoza que contribuem, de forma significativa, para o adensamento da EA crítica, tendo por referência principal que a:

Filosofía de la Liberación se preguntará siempre, primero, quién se sitúa en la Exterioridad del sistema, y en el sistema como Alineado, oprimido. Dentro de los regímenes de democracia "formal" -burguesa, y dentro del capitalismo "tardío" del centro- se preguntan por los derechos de los "minorías". En realidad, las clases oprimidas, los marginales, las etnias y muchos otros grupos, constituyen el mayoritario "bloque social de los oprimidos", el pueblo, en las

naciones de capitalismo periférico, subdesarrollado y explotado (Dussel, 2024, p. 405).

Dessa forma, reforçamos que os elos teórico-críticos e metodológicos entre a EA crítica e a Filosofia da Libertação (FL) em Dussel partem da realidade de miséria, de pobreza e de exploração, cuja relação é institucionalizada e historicamente reproduzida sempre *a priori*, a partir de uma estrutura econômica e produtiva estabelecida por relações de exploração.

As provocações do texto de Trein (2012), nos orientam para uma *Educación Ambiental Crítica: crítica de que?*, sinalizando para a centralidade histórica dos processos de dominação da natureza à medida que estabelecemos uma relação entre esses processos e a exploração dos próprios seres humanos, sob o modo particular de organização material e social da vida que se conformou como o modo de produção capitalista.

Nessa mesma esteira, Loureiro (2019) destaca que o ponto de partida para uma linha crítica na educação, para fins de uma emancipação/libertação humana, se produz com aqueles que estão numa condição de subalternidade, de expropriação e opressão (trabalhadores, informais ou informais, camponeses, indígenas, quilombolas, povos tradicionais em geral). Tal alinhamento com os “*sujeitos prioritários no processo educativo*”, não aponta maior relevância em relação às demais pessoas, uma vez que se verifica no sentido de definir o viés de intervenção, com quem se produz a prática educativa e suas intencionalidades, e não de hierarquizar.

Constatamos, nas últimas décadas, uma redescoberta da tradição marxista, em particular, na educação ambiental, visto que esta evidencia o interesse por referenciais teóricos que trazem elementos no plano teórico-prático e que permitem o enfrentamento e a explicitação dos conflitos em torno do uso, apropriação e distribuição dos denominados *recursos naturais*, bem como a proposição de alternativas que visam à superação do atual processo de destruição e mercantilização da vida e da natureza (Loureiro *et al.*, 2009).

À luz das questões elencadas, cabe o questionamento: *em que medida as categorias dusselianas são constitutivas para a materialização da EA crítica latino-americana?* Insistimos com Dussel (2013) e a partir dele que a gênese do capitalismo e do colonialismo são simultâneas, uma vez que a acumulação original tem sua fonte na extração da riqueza colonial.

Para Dussel (2013), foi na América Latina que houve a dominação das culturas: o *indígena* empobrecido e explorado (opressão igualmente livre do trabalho indígena nas minas, especialmente nas minas de prata), nas fazendas (sem salários justos) e, simplesmente, na escravidão dos camponeses da África Ocidental), sem nenhum salário, comprados como mercadorias, desumanizados e igualmente explorados pelo capitalismo nascente. Ou seja, o produto transformado em mercadoria, transformado em mercadoria do mercantilismo, produz um lucro que, de qualquer forma, já contém formalmente a criação de mais-valia (mesmo que o produto seja uma mercadoria do mercantilismo), pois o capitalismo nascente é um sistema de produção de mercadorias (originado na Europa).

Desse modo, interpretamos esse contexto histórico, científico, tecnológico e da natureza como um objetivo explorável, dado a uma concepção antiecológica que nos coloca diante a uma situação limite da extinção da vida sobre a Terra, contra a atitude respeitosa relativa à *Pacha Mama* das culturas originárias (Dussel, 2013). Nessa perspectiva, Hinkelammert, citado por Nadal e Silnik (2011, p. 23) diz que,

[...] as culturas que sempre foram consideradas como atrasadas hoje indicam o caminho a ser seguido, pois as culturas anteriores não eram tão suicidas quanto a cultura moderno-ocidental. Então, por onde se deveria construir o caminho? É possível ver por meio dessas culturas com mais clareza do que a partir das culturas do progresso. Elas se transformam em muito atuais, plenamente atualizada.

Mais ainda, pensa-se que se deve dissolver a cultura considerada atrasada para transformá-la em modernidade. Acreditamos que seja o contrário: essa cultura pode ser, hoje, a bússola para fazer caminhos. Insistimos na palavra bússola, pois não é possível copiá-la. Deve-se inventar segundo indica Hinkelammert (Nadal; Silnik, 2011).

Alinhar os caminhos da EA crítica latino-americana, nesse contexto da modernidade-colonial, implica reconhecer, também, uma crítica desde o gênero negado, desde as raças discriminadas, desde as culturas desprezadas, desde suas línguas, suas tradições, desde seus modos de produção agrícola, desde sua organização política, que se origina nos momentos negativos e destrutivos da modernidade. Por outro lado, essas implicações nos possibilitam compreender que a Filosofia dusseliana da libertação, contribui, de forma ímpar, na compreensão da economia como uma pertinência insubstituível, já que nela se concretizam as relações práticas (política, erótica, econômicas, pedagógicas, antifetichistas e ecológicas) (Dussel, 2024).

Segundo o pensador mendocino, as estruturas atuais do capitalismo, que originalmente produziram uma enorme subsunção do trabalho do campo feudal, e pelo uso da acumulação do excedente colonial como abundância de capital, estão caminhando para a expulsão do trabalho vivo pela substituição por robôs, o estreitamento do mercado por um crescente desemprego estrutural (Dussel, 2013). Haverá, cada vez mais, mão de obra viva excedente, e o conceito de exército de reserva de mão de obra se transformará, gradualmente, em multidões de pobres famintos, vítimas de um sistema cujo critério (aumento da taxa de lucro) deixou de ser norma.

É nesse escopo que, para a EA crítica, cumpre explicitar, também, sua condição descolonial face ao projeto de sociabilidade do capital na América Latina. Isso sinaliza que:

Para ello se necesita una *descolonización epistemológica* de las teorías económicas vigentes. «Des-colonizar» la ciencia, la actitud epistemológica, es saber pensar económicamente desde la situación propia de una realidad de países periféricos, subdesarrollados, que fueron colonias militares, políticas y culturales (proceso de liberación comenzado en América Latina en 1804 en Haití), y que lo siguen siendo en el plano de la tecnología y de la ciencia. (...) La llamada *Teoría de la Dependencia [Tesis 10]* es un buen ejemplo de creación científica descolonizada. Pero, por lo general, la ciencia, y la ciencia económica en particular, la que practican los economistas más influyentes que se estudian en las universidades, institutos de investigación, centros de estudios y se ejercen en los ministerios o secretaria de economía en los Estados de América Latina, pero igualmente en África y en parte del Asia, sigue siendo repetición, comentario o mera aplicación concreta del marco categorial y teórico de la ciencia económica de Europa y Estados Unidos. Es necesario *descolonizar epistemológicamente* a la economía para que el proceso de liberación en este campo sea posible (Dussel, 2013, p. 398).

Sendo assim, é vigente refletir sobre uma EA crítica que reforce a necessidade de superar a atual crise do capitalismo, que se originou há cerca de quinhentos anos. Dussel (2013), nesse horizonte, insere a crise ecológica, as limitações do uso irracional de recursos e energia não renováveis como recursos no processo de produção, gerando práticas de desperdício que desembocam em um processo entrópico desproporcional.

Mais ainda, a FL como alicerce da EA crítica incita ao enfrentamento das demandas justas e urgentes da ecologia, que são relacionadas às demandas por justiça na exploração das pessoas, em razão da Terra e a humanidade pobres (povos originários e tradicionais, quilombolas, negros, trabalhadores/as) serem exploradas e destruídas por um capitalismo cujo critério de subsunção da tecnologia era a “taxa crescente de lucro; enquanto *sistemas antiecológicos e anti-humanos* (Dussel, 2024). Tal perspectiva, implica ao pensador de Mendoza considerar que:

Es tiempo de recuperar, desde Marx. el sentido ecológico (ni la Tierra ni la Persona humana tienen "valor de cambio" alguno, porque una, la primera, puede producir valores de uso, y, la segunda, de uso y de cambios, pero ambas no son "producto" del trabajo humano, única substancia o fuente creadora del valor de cambio). La "dignidad" de la Tierra y la Persona son los dos puntos de referencia del ecologismo de la Filosofía de la Liberación (y de Marx). La tecnología destructiva de la naturaleza es un momento del capital (relación social que tiene como único fin la valoración del capital. Frequentemente os movimentos ecologistas do centro não advertem a essencial relação entre ecologia e capitalismo (Dussel, 2024, p. 412).

Em se tratando do contributo teórico-metodológico de Dussel para a educação ambiental crítica, cabe reiterar que o filósofo de Mendoza não é um pesquisador vinculado ao campo ambiental. Porém, sinalizamos que seu alcance político e crítico abre e potencializa horizontes políticos para quem almeja articular seus conceitos à luz da EA que ouse ser crítica e descolonial. Desse modo, Dussel colabora, de forma ímpar, nos caminhos de transformação social e política que a EA crítica propõe.

Refletir uma EA crítica a partir do pensador de Mendoza permite o (auto)reconhecimento das vítimas do sistema-mundo (dominados: operários, índios, escravos etc. e discriminados: mulheres, idosos, incapacitados, imigrantes etc.), bem como o descobrimento de suas alteridades e autonomias, negadas pelo sistema mundo vigente (Oliveira; Dias, 2012).

Uma perspectiva de EA crítica, a partir do pensador argentino, significa libertar, não somente quebrar as cadeias, mas também desenvolver a vida humana, exigindo que “as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam a mera reprodução como repetição de ‘o mesmo’ – e, simultaneamente, expressão e exclusão de vítimas” (Dussel, 2000, p. 566). Daí a relevância de uma EA crítica composta de ações criativas e libertadoras, por meio da transformação das causas da opressão e da existência de vítimas, de uma práxis da libertação, que seja capaz de possibilitar a transformação das vítimas em sujeitos éticos.

Por isso, o pensador mendocino, como um crítico da modernidade/colonialidade capitalista, nos auxilia no entendimento que a relação sociedade-natureza está marcada por um projeto civilizatório (sistema-mundo moderno-colonial) que excluí, subalterniza, silencia e aniquila as suas *vítimas* (povos originários, negros/as, mulheres, povos tradicionais, trabalhadores/as).

À luz das contribuições dusselianas, implica uma EA crítica latino-americana no desafio de questionar e enfrentar a crise societária em que vivemos em suas proporções históricas, uma vez que a humanidade está vivenciando um processo de suicídio coletivo acelerado por um sistema econômico civilizatório de milhares de anos, exponencialmente ampliado pelo capitalismo.

Dussel adensa, com suas categorias filosóficas e políticas, a EA crítica para um horizonte de transformação, que se efetua por meio de ações críticas e tem como ponto de partida o outro/a, em algum aspecto o negado-oprimido e afetado-excluído, constituindo uma leitura da realidade que parte do processo de exclusão social e se

constitui num movimento dialético que emerge da vida negada às vítimas, a qual é violentada pela modernidade/colonialidade capitalista.

Referências

ASSIS, W. Do Colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

COSTA, C. A. Descolonialidade e questão ambiental crítica: um debate à luz de Paulo Freire. *Ensino, Saúde E Ambiente*, Niterói, v. 14, n. Esp., p. 596-611. 2021a. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/50687/30619>. Acesso em: 3 dez. 2024.

COSTA, C. A. Natureza e direitos humanos: uma leitura à luz de Enrique Dussel. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 20, p. e39125, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2021.1.39125>. Acesso em: 4 dez. 2024.

COSTA, C. A. Ontologia Dusseliana: uma leitura político-pedagógica para a Educação Ambiental Crítica. *Revista Terceiro Incluído*, Goiânia, v. 4, n. 2, p. 19-19, 2015.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A Natureza como princípio material de libertação: referenciais a partir de Enrique Dussel. *ETD. Educação Temática Digital*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 1-18, 2015a.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A natureza como “princípio material” de libertação: referenciais para a questão ambiental a partir de Enrique Dussel. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 289-307, 2015d. DOI: 10.20396/etd.v17i2.8635285. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8635285>. Acesso em: 8 ago. 2024.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. A Questão ambiental a partir dos 'sem direitos': uma leitura em Enrique Dussel. *Revista E-curriculum*, São Paulo, v. 17, p. 673-698, 2019.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. Contribuições da pedagogia crítica para a pesquisa em educação ambiental: um debate entre Saviani, Freire e Dussel. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 180-200, 2015b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/295400897_Contribuicoes_da_pedagogia_critica_para_a_pesquisa_em_Educacao_Ambiental_um_debate_entre_Saviani_Freire_e_Dussel. Acesso em: 3 dez. 2024.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. Educação ambiental crítica: uma leitura ancorada em Enrique Dussel e Paulo Freire. *Revista Geoaraguaia*, Barra do Garças, v. 3, n. 2, p. 1-17, 2013.

COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. Interculturalidade, exclusão e libertação em Paulo Freire na leitura de Enrique Dussel: Aproximações “Crítico- Metodológicas” para a pesquisa em Educação Ambiental. *Pesquisa Em Educação Ambiental*, Rio Claro, v. 10, n. 1, p. 70-87, 2015c.

- COSTA, C. A.; LOUREIRO, C. F. O alcance teórico das categorias “exclusão e libertação” para a questão ambiental: uma leitura ancorada em Dussel e Freire. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, v. 19, n. 1, p. 234-257, 2017. DOI: 10.20396/etd.v19i1.8641259. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8641259>. Acesso em: 8 ago. 2024.
- COSTA, C. A. S.; LOUREIRO, C. F. Questão ambiental, neoextrativismo e capitalismo periférico: uma leitura política em Enrique Dussel. *SER Social*, Brasília, v. 20, n. 42, p. 164-181, 2018.
- DIAS, A; OLIVEIRA, I. Um olhar Dusseliano sobre a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire: contribuições para a epistemologia do sul. *In: OLIVEIRA, I; ARAÚJO, M.; CAETANO, V. (org.). Epistemologia e Educação: reflexões sobre temas educacionais*. Belém: PPGED-UEPA, 2012. p. 24-35.
- DOS SANTOS BAPTISTA, C.; GUIMARÃES, M.; SÁNCHEZ PEREIRA, C. Interculturalidade e educação ambiental: possibilidades e desafios com a cultura Guarani. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 29, p. 1-16, jan./dez. 2020. DOI: 10.29286/rep.v29ijan/dez.7356. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7356>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- DUSSEL, E. *16 Tesis de Economía Política*. Buenos Aires: Docencia, 2013.
- DUSSEL, E. *1492 – O encobrimento do Outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- DUSSEL, E. *A Produção teórica de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- DUSSEL, E. Direitos Humanos e Ética da Libertação: pretensão política de justiça e a luta pelo reconhecimento dos novos direitos. *Revista InSURgência*, Brasília, ano 1, v.1, n.1, jan./jun. 2015. p. 121-136.
- DUSSEL, E. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DUSSEL, E. *Filosofia da Libertação na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1980.
- DUSSEL, E. *Filosofía de la liberación*. Edicol, 1977.
- DUSSEL, E. Filosofia de la Liberación: desde la práxis de los oprimidos. *Reflexão*, Campinas, v. 17, n. 49, p. 48-71, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/11320/8727>. Acesso em: 3 dez. 2024.
- DUSSEL, E. *Método para uma filosofia da Libertação*. São Paulo: Loyola, 1986.

- FERGUSON, S. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a ontologia integrativa. *Cadernos CEMARX*, Campinas, n. 10, p. 13-38, 2017.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- GALEANO, E. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HINKELAMMERT, F. In: PIXEY, J. (coord.). *Por um mundo diferente: alternativas para o mercado global*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-22.
- HINKELAMMERT, F. A globalidade da terra e a estratégia da globalização. In: BORON, A. (org.). *A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas*. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 351-364.
- LOUREIRO, C. F. *et al.* Contribuições da Teoria marxista para a Educação Ambiental crítica. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 29, n. 77, p. 81-97, jan./abr. 2009.
- LOUREIRO, C. F. *Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.
- LOUREIRO, C. F. *Questão Ambiental: questões de vida*. São Paulo Cortez, 2019.
- LOUREIRO, C. F. B. Contribuições teórico-metodológicas para a educação ambiental com povos tradicionais. *Ensino, Saúde e Ambiente*, Niterói, número especial, p. 133-443, 2020. <https://doi.org/10.22409/resa2020.v0i0.a40188>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/40188/24445>. Acesso em: 4 dez. 2024.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.
- MORETTI, C.; ADAMS, T. Mediações pedagógicas e (des)colonialidade: a contribuição da pedagogia do oprimido. In: ADAMS, T.; STRECK, D; MORETTI, C. (org.). *Pesquisa-educação: mediações para a transformação social*. Curitiba: Appris, 2017. p. 195-208.
- MOUTINHO-DA-COSTA, L. Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. *Pesquisa em Educação Ambiental*, Rio Claro, v. 6, n. 1, p. 101-122, 2011.
- NADAL, E.; SILNIK, G. A rebelião dos limites: entrevista com Franz Joseph Hinkelammert. *Cadernos do pensamento crítico latino-americano*, Buenos Aires, p. 22-25, ago. 2011.
- OLIVEIRA, I.; DIAS, A. Ética da Libertação de Enrique Dussel: caminho de superação do irracionalismo moderno e da exclusão social. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 17, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Desafio ambiental: os porquês da desordem mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUIJANO, A. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la *des/colonialidad* del poder. In: QUIJANO, A. (ed.). *Des/colonialidad y bien vivir*. Un nuevo debate en América Latina. Lima: Editorial Universitaria, 2014. p. 46-56.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. *Anuário Mariateguiano*, Lima, v. 9, n. 9, p. 221-238, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: BONILLA, H. (compilador). *Los conquistados*. 1492 y la población indígena de las América. Quito: Tercer Mundo-Libri Mundi Editors, 1992, p. 447.

TREIN, E. Educação Ambiental crítica: crítica de que? *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 295-308, ago./dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1673/1522>. Acesso em: 3 dez. 2024.

WALSH, C. *Pedagogias decoloniales*. Quito: Abya Yala, 2013.